



10º Relatório Trimestral da Ouvidoria

Abril a Junho de 2012

10º Relatório Trimestral da Ouvidoria/CNJ Março a junho de 2012

INTRODUÇÃO

A Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010, do CNJ, estabelece que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

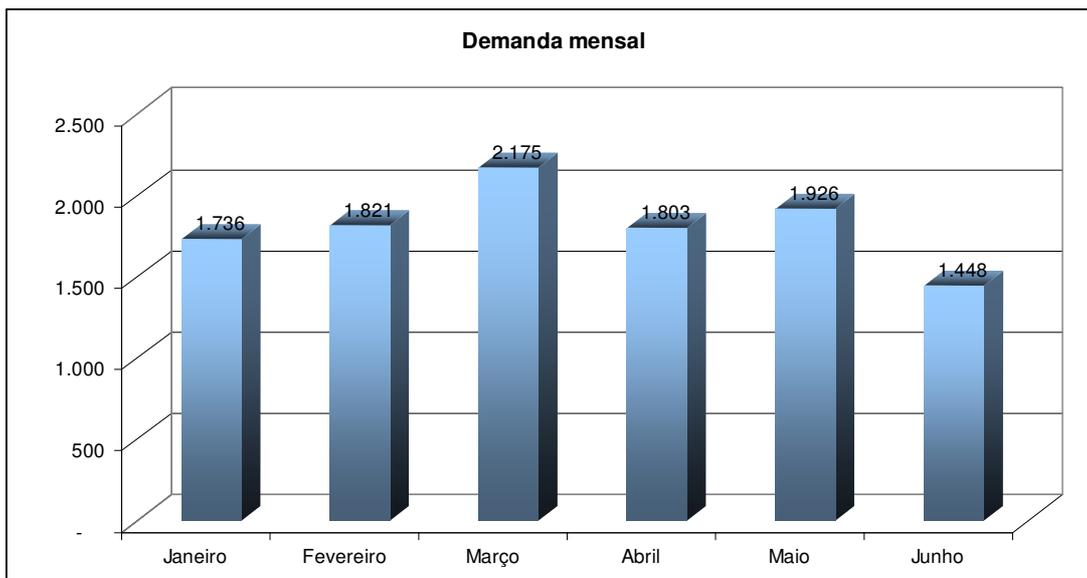
A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução nº 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução nº 103/2010. Exerce a função de Ouvidor o Conselheiro Wellington Cabral Saraiva, eleito na 133ª sessão plenária, de 30 de agosto de 2011.

Este relatório é apresentado ao Plenário em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da resolução e contém dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de abril a junho de 2012.

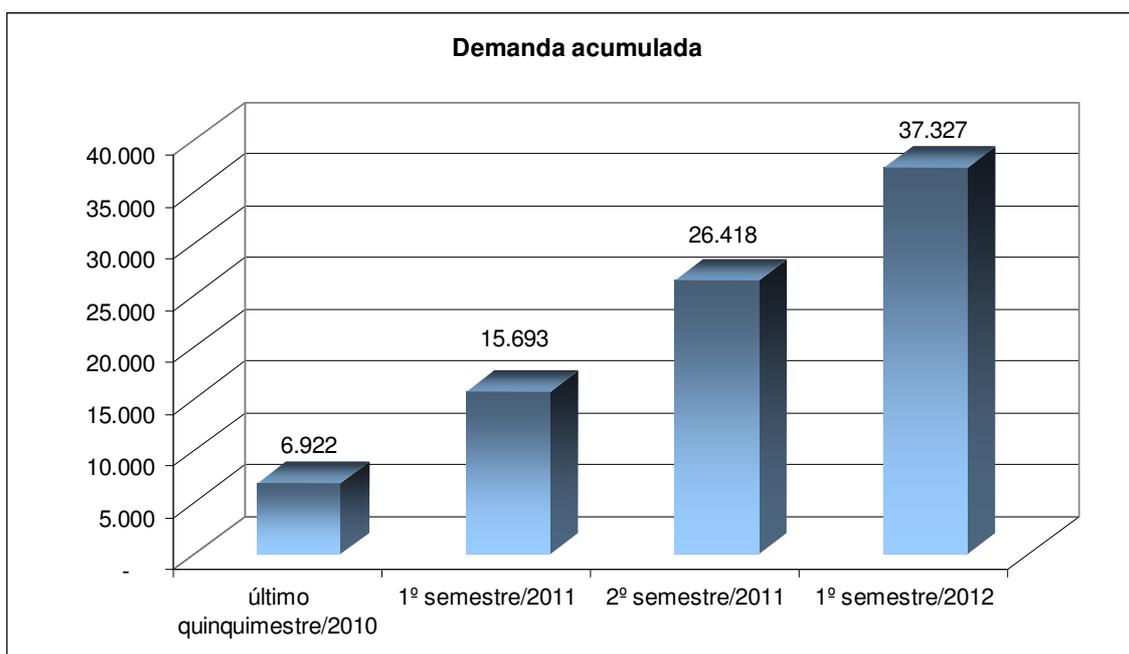
1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

De janeiro a junho de 2012, a Ouvidoria recebeu 10.909 demandas, sendo que 5.177 foram recebidas no segundo trimestre.

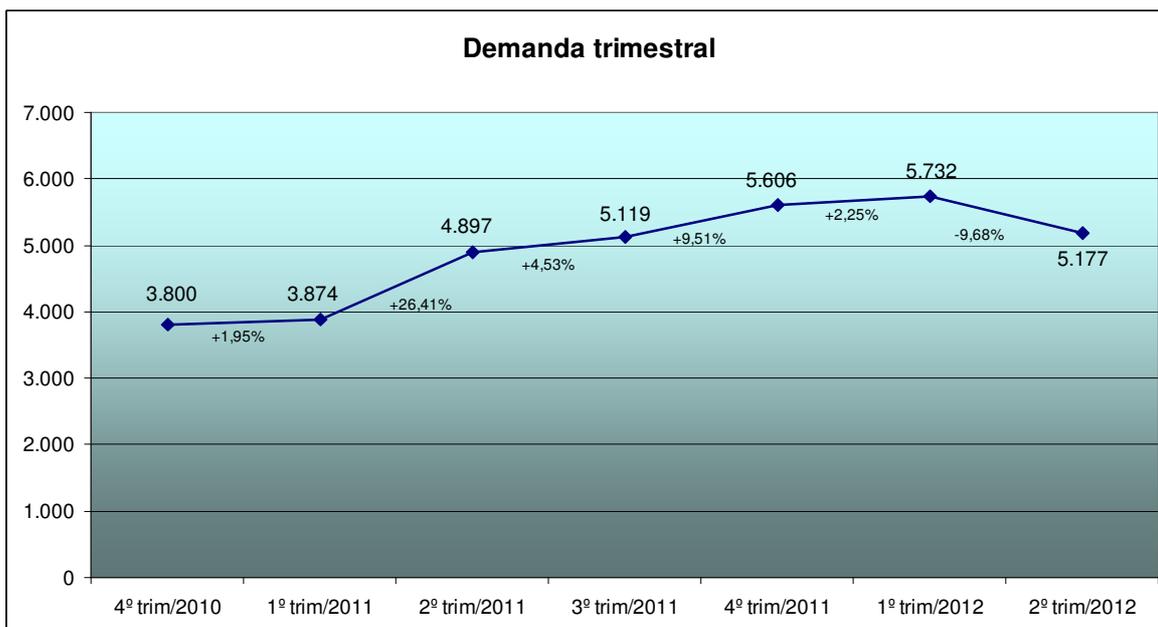
Não foram computadas manifestações duplicadas ou que representaram continuação de demanda anterior, o que totalizou 519 manifestações no segundo trimestre. Em comparação com o primeiro trimestre, cuja média mensal foi de 1.910,67, o segundo trimestre de 2012 apresentou queda percentual de 9,68%, com 1.725,67.



A demanda acumulada da Ouvidoria trimestralmente está representada a seguir. Figuram no gráfico apenas os registros a partir de agosto de 2010, tendo em vista que até o relatório de julho de 2010, eram consideradas manifestações duplicadas, as quais passaram a ser subtraídas a partir de agosto daquele ano.

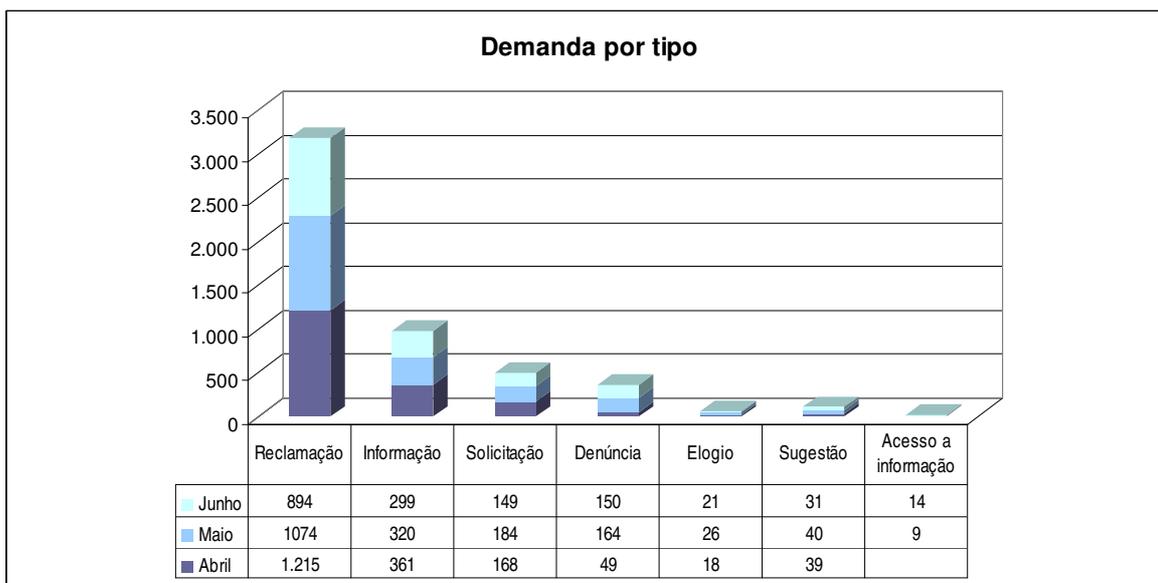


O gráfico adiante permite observar a evolução trimestral da demanda dos períodos entre os anos de 2010 a 2012. O 2º trimestre de 2011 apresentou o maior crescimento em relação ao período anterior, com aumento de 26,41%. É possível verificar ainda que a demanda cresceu em todos os períodos, exceto no 2º trimestre de 2012, que apresentou queda de 9,68% em relação aos três meses anteriores. A demanda cresceu 36,24% entre o 4º trimestre 2010 e o 2º trimestre de 2012.



A forma de comunicação mais comum é a virtual, com 4.790 (92,52%) das manifestações recebidas pelo sistema eletrônico de atendimento na internet, e 212 (4,1%) por correio eletrônico. As demais manifestações foram enviadas à Ouvidoria por correspondência (145 = 2,8%), ligações telefônicas (24 = 0,46%) e ofício (6 = 0,12%). Dos quantitativos apresentados, constam apenas os atendimentos telefônicos que foram cadastrados no sistema, pois não foram resolvidos durante o atendimento e demandaram registro para providências posteriores.

Levando em consideração os tipos de demandas, a maior parte é de reclamações (3.183 = 60,92%) e de pedidos de informações (1.003 = 19,2%), conforme o gráfico abaixo. Destacamos os pedidos de acesso a informação previstos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que totalizaram 23 registros.

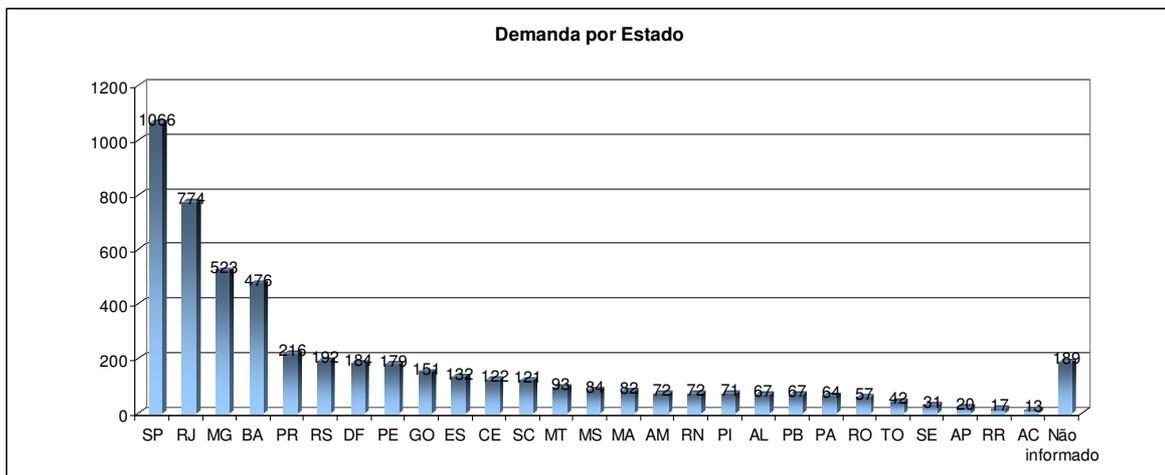


O registro pode ser classificado com mais de um tipo.

O quadro a seguir mostra a predominância de manifestações enviadas por servidores públicos, advogados e aposentados, perfil que permanece constante em comparação com o primeiro trimestre de 2012.

OCUPAÇÃO	TOTAIS	%
Servidor público	1.042	20,13%
Advogado	973	18,79%
Aposentado	598	11,55%
Empregado de empresa privada	395	7,63%
Profissional liberal ou autônomo	378	7,30%
Desempregado	326	6,30%
Estudante	297	5,74%
Empregado público	155	2,99%
Empresário	127	2,45%
Militar	99	1,91%
Pensionista	69	1,33%
Presidiário	55	1,06%
Magistrado	30	0,58%
Defensor público	15	0,29%
Membro de Ministério Público	10	0,19%
Perito	10	0,19%
Delegado de polícia	7	0,14%
Não informado	591	11,42%
Total geral	5.177	100,00%

O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o Estado de origem. O maior número de manifestações provém de São Paulo (1.066 = 20,59%), Rio de Janeiro (774 = 14,95%), Minas Gerais (523 = 10,1%) e Bahia (476 = 9,19%).



2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O próximo quadro apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria classificadas segundo tipos e temas. Em consonância com o padrão dos relatórios anteriores, o tema *morosidade processual* permaneceu como o de maior

frequência e representou 33,78% dos registros, assunto que será detalhado no item 2.2 deste relatório.

Em segundo lugar, com 4,71% das manifestações, figuram demandas que tratam da *atuação de magistrado*. A Ouvidoria, nesses casos, orienta o interessado a formalizar requerimento ao Conselho Nacional de Justiça ou à corregedoria do tribunal competente.

Os relatos que tratam de *matéria de decisão judicial* aparecem em terceiro lugar, com 4,65% do total. Em face dessas demandas, a Ouvidoria orienta o interessado a procurar um advogado ou a Defensoria Pública, para auxiliá-lo na adoção de medidas processuais próprias.

Destacam-se as manifestações relativas à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012. Foram recebidos 23 pedidos de acesso a informação até o final do segundo trimestre, com assuntos variados, como informações sobre o CNJ, dados sobre o quadro de pessoal do órgão, andamento processual, pesquisas e projetos do Conselho e sobre os atos administrativos. Recebemos ainda uma demanda de informação sobre a lei.

Houve também manifestações referentes à criação do SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) por parte de tribunais, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação, ao indeferimento de pedido de informação e a dados do funcionalismo público.

Demandas acerca de processos em curso no CNJ (andamento/situação processual no CNJ), inclusive na Corregedoria Nacional de Justiça (andamento/situação processual), somaram 124 registros, ou seja, 2,37% do total.

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	ACESSO A INFORMAÇÃO (LEI Nº 12.527/2011)	TOTAIS
Morosidade Processual no Poder Judiciário	1.635	36	57	37				1.765
Atuação de Magistrado	171	7	10	45	1	12		246
Decisão Judicial	195	11	15	21		1		243
Demanda fora da Competência do CNJ	104	39	29	46	5			223
Administração de Tribunal	137	15	18	19	1		2	192
Andamento/Situação de Processo Judicial	62	66	12	2			1	143
Funcionamento/Procedimento de Vara/Comarca	117	10	2	9		1		139
Consulta Jurídica	16	96	20	4				136
Matéria de cunho jurisdicional	66	17	35	15				133
Demanda Insuficiente para Classificação	47	41	24	13	4			129
Como peticionar ao CNJ	26	55	11	29	2			123
Sistema Carcerário e Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas	30	10	29	18	3			90
Serventia Extrajudicial	47	23	14	4				88
Concurso Público para servidor do Poder Judiciário	48	13	6	16	2			85

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	ACESSO A INFORMAÇÃO (LEI Nº 12.527/2011)	TOTAIS
Pagamento e Gestão de Precatórios (Res. 115/2010 e Res. 123/2010)	51	18	10	2				81
Cumprimento de Decisão Judicial	57	2	11	6		1		77
Acesso a sistemas do CNJ	18	36	17		1	1		73
Melhorias para o Poder Judiciário	4	1	2		56			63
Andamento/Situação Processual no CNJ (Sem sigilo)	11	36	11	1				59
Projetos/Programas do CNJ	4	28	19		1	1	1	54
Atuação do Supremo Tribunal Federal	28	8	10	2	2			50
Consulta de Mérito	5	34	3		2			44
Concurso Público para Ingresso na Carreira da Magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010)	18	6	6	10		1		41
Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça	2	7	9	1		21		40
Execução Penal (regime de cumprimento de pena)	17	6	9	8				40
Atuação de Servidor/Funcionário do Poder Judiciário	29	1		4		2		36
Andamento/Situação Processual na Corregedoria Nacional de Justiça	6	19	7		1		2	35
Atos Administrativos do CNJ	3	24	4		2		2	35
Resposta/Atuação da Ouvidoria do CNJ	6	16	3			8		33
Decisão do CNJ	21	5	1	4	1			32
Andamento/Situação Processual no CNJ (Com sigilo)	8	14	5	3				30
Atuação do CNJ	5	2	6		1	16		30
Recebimento de documento no CNJ/Protocolo/Número de processo	2	20	4	2				28
Acesso a Sistemas de Informação de órgão do Poder Judiciário	17	7	2		1			27
Extravio de Processo ou Documento/Restauração de Autos	22		1	3				26
Informações Gerais sobre o CNJ		17	6	1			2	26
Inspecções no Poder Judiciário	3	10	8	1	4			26
Competência do CNJ		22	3					25
Atividade Jurídica (Res. 75/2009)	2	18	4					24
Curso promovido pelo CNJ	4	14	4					22
Processo Eletrônico do CNJ (E-CNJ)	13	5	2		2			22
Pesquisa		20					1	21
Movimento pela Conciliação/Projeto Conciliar é Legal	3	11	2		1			17

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	ACESSO A INFORMAÇÃO (LEI Nº 12.527/2011)	TOTAIS
Atuação de Ouvidoria de Tribunal	15	1						16
Cadastro Nacional de Adoção	3	11		1				15
Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ	1			14				15
Morosidade no Cumprimento de Decisão Judicial	13		1					14
Projudi	11		1		2			14
Justiça Aberta	1	11	1					13
Projeto Começar de Novo	2	8	3					13
Lei de Acesso à Informação		1					11	12
Morosidade Processual no CNJ	8	4						12
Atuação de Corregedoria de Tribunal	6		1	4				11
Outros Concursos Públicos	7	1	1	2				11
Portal do CNJ	6	2	1		2			11
Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa	1	5	4					10
Justiça em Números/Estatísticas		6	4					10
Concurso Público para a outorga das Delegações de Notas e de Registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010)	4	4		1				9
Nepotismo no Poder Judiciário	5	2		2				9
Autor. de Viagem para o Ext. de Crianças e Adolescentes (Res. 131/2011)	1	5	1		1			8
Cumprimento de Decisão do CNJ	5	1		2				8
Evento promovido pelo CNJ		6	1		1			8
Assistência Judiciária			7					7
Sigilo/Anonimato		2		4	1			7
Gestão de Precatórios (Res. 115/2010 e Res. 123/2010)	1	4	1					6
Banco de Dados de Mandados de Prisão (Res. 137/2011)	1	2			2			5
Metas Nacionais do Poder Judiciário	2	3						5
Nepotismo nos demais Poderes	2			3				5
Imprensa do CNJ		1	2		1			4
Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009)	3						1	4
Modelos Únicos de Certidões		2	2					4
Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (Res. 77/2009)	1	1						2
Jurisprudência do CNJ – Infojuris		2						2
Processo Físico do CNJ		2						2
Tabelas Processuais Unificadas (Res. 46/2007)		1	1					2

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	ACESSO A INFORMAÇÃO (LEI Nº 12.527/2011)	TOTAIS
Advocacia Voluntária (Res. 62/2009)		1						1
Bacenjud (Res. 61/2008)			1					1
Concurso de Remoção	1							1
Convênio/Acordo/Termo de Cooperação Técnica			1					1
Estágio no CNJ	1							1
Mutirão Carcerário					1			1
Reabilitação e certidão de antecedentes criminais		1						1
Recesso Forense/Plantão Judicial		1						1
Renajud			1					1
Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA (Res. 63/2008)			1					1
Outros Assuntos	22	43	14	4	6			89
Total geral	3.183	980	501	363	110	65	23	5.225

O registro pode ser classificado com mais de um assunto.

2.1 Dados dos Processos

Levando em conta os relatos recebidos no trimestre, 2.839 (54,84%) continham os dados do processo a que se referiam, como, por exemplo, número, órgão em que tramitava, instância em que se encontrava, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se encontrava em fase de execução.

Abaixo, a discriminação dos dados, segundo a esfera ou tribunal de onde se originaram:

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça Estadual	1.832	64,53%
Justiça Federal	371	13,07%
Justiça do Trabalho	284	10,00%
Superior Tribunal de Justiça	99	3,49%
Conselho Nacional de Justiça	88	3,10%
Supremo Tribunal Federal	81	2,85%
Tribunal Superior do Trabalho	33	1,16%
Justiça Eleitoral	8	0,28%
Justiça Militar Estadual	4	0,14%
Justiça Militar da União	4	0,14%
Tribunal Superior Eleitoral	3	0,11%
Dado incorreto	31	1,09%
Não informado	1	0,04%
Total geral	2.839	100,00%

A tabela abaixo agrupa os dados dos processos objeto de manifestação conforme sejam feitos julgados ou em fase de execução. A maior demanda é sobre processos julgados, com 49,1%, e que não estão em fase de execução, com 59,77%.

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTALS
	SIM	NÃO	NI/NA	SIM	NÃO	NI/NA	
Justiça Estadual	862	937	33	627	1.172	33	1.832
Justiça Federal	197	172	2	125	244	2	371
Justiça do Trabalho	235	46	3	162	119	3	284
Supremo Tribunal Federal	41	35	5	24	53	4	81
Superior Tribunal de Justiça	39	55	5	27	67	5	99
Tribunal Superior do Trabalho	14	19		8	25		33
Justiça Eleitoral	1	7			8		8
Justiça Militar Estadual	3		1		3	1	4
Justiça Militar da União		4			4		4
Tribunal Superior Eleitoral	2	1		1	2		3
Conselho Nacional de Justiça			88			88	88
Dado incorreto			31			31	31
Não informado			1			1	1
Total geral	1.394	1.276	169	974	1.697	168	2.839
	49,10%	44,95%	5,95%	34,31%	59,77%	5,92%	

NI/NA: não informado/não se aplica.

Das manifestações que continham dados do processo, a maior parte, 1.548 (54,53%), tratava de morosidade processual no Poder Judiciário, seguidas das que diziam respeito a decisões judiciais, isto é, as que questionam o conteúdo de decisões, sentenças e acórdãos, com 189 (6,66%). Em terceiro, vieram as demandas sobre atuação de magistrado, tema utilizado para identificar as pertinentes à sua atuação funcional ou administrativa, no total de 127 (4,47%). Dada a sua importância e recorrência, o tema da morosidade processual será tratado detalhadamente no próximo tópico.

2.2 Morosidade Processual

A maior parte das demandas recebidas na Ouvidoria, de forma recorrente, compõe-se de manifestações referentes à morosidade processual no Poder Judiciário e representou 33,78% (1.765) dos registros de abril a junho. Tomando em conta apenas as demandas com essa classificação temática, 92,63% (1.635) são reclamações.

Considerando o perfil dos demandantes, 9,24% são pessoas com deficiência e 17,22% maiores de 60 anos. Levando em consideração o gênero, 70,2% são de pessoas do sexo masculino:

	PORTADOR DE DEFICIÊNCIA OU DOENÇA GRAVE		IDOSO		SEXO	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Não	1.602	90,76%	1.461	82,78%	Feminino	526 / 29,80%
Sim	163	9,24%	304	17,22%	Masculino	1.239 / 70,20%
Total geral	1.765	100,00%	1.765	100,00%	Total geral	1.765 / 100,00%

Em análise proporcional à quantidade de registros recebida por Estado, o Piauí e o Rio Grande do Norte estão empatados com o maior percentual de demandas que se referem à morosidade processual, com 50% do total originado do

Estado, seguidos da Bahia, com 49,58%, e Paraíba, com 48,57%. A tabela seguinte revela grande variação entre os dados dos trimestres.

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAL DE DEMANDAS	%
PI	37	74	50,00%
RN	38	76	50,00%
BA	237	478	49,58%
PB	34	70	48,57%
CE	59	123	47,97%
RJ	311	783	39,72%
ES	48	133	36,09%
TO	16	46	34,78%
MG	175	523	33,46%
DF	60	183	32,79%
PE	58	177	32,77%
MS	28	86	32,56%
RS	62	198	31,31%
MT	30	96	31,25%
RO	19	61	31,15%
PA	18	58	31,03%
GO	47	155	30,32%
PR	65	216	30,09%
AL	18	63	28,57%
SE	9	32	28,13%
SP	297	1.078	27,55%
MA	20	80	25,00%
AM	17	75	22,67%
RR	4	19	21,05%
SC	25	123	20,33%
AP	2	20	10,00%
AC		13	0,00%
Não informado	31	186	16,67%
Total geral	1.765	5.225	33,78%

No quadro a seguir, detalham-se as classes dos demandantes. Em termos proporcionais à quantidade de registros de cada classe, o maior percentual de demandas que se referem à morosidade processual originou-se de delegados de polícia, com 60%, seguidos de pensionistas, com 43,94%, e aposentados, com 41,51%.

OCUPAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
Delegado de polícia	3	5	60,00%
Pensionista	29	66	43,94%
Aposentado	247	595	41,51%
Empregado de empresa privada	164	403	40,69%
Desempregado	133	329	40,43%
Advogado	398	992	40,12%
Militar	44	111	39,64%
Profissional liberal ou autônomo	131	378	34,66%
Empresário	43	126	34,13%
Empregado público	53	156	33,97%

OCUPAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
Estudante	76	304	25,00%
Servidor público	259	1.052	24,62%
Defensor público	3	15	20,00%
Perito	2	10	20,00%
Membro de Ministério Público	1	10	10,00%
Presidiário	5	56	8,93%
Magistrado	1	30	3,33%
Não informado	173	587	29,47%
Total geral	1.765	5.225	33,78%

Das 1.839 manifestações recebidas com dados do processo, 1.528 foram classificadas com o tema *morosidade processual*.

No que se refere à origem dos processos, a maioria tramita na Justiça Estadual, 1.015 (66,43%), seguindo-se a Federal, com 251(16,43%):

Localização	Totais	%
Justiça Estadual	1.015	66,43%
Justiça Federal	251	16,43%
Justiça do Trabalho	132	8,64%
Superior Tribunal de Justiça	62	4,06%
Tribunal Superior do Trabalho	25	1,64%
Justiça Eleitoral	5	0,33%
Tribunal Superior Eleitoral	3	0,20%
Justiça Militar da União	2	0,13%
Justiça Militar estadual	1	0,07%
Não informado	1	0,07%
Dado incorreto	31	2,03%
Total	1.528	100,00%

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

Na tabela a seguir, detalham-se as classes dos processos tratados nas demandas classificadas como morosidade processual:

CLASSE	JUST. ESTADUAL	JUST. FEDERAL	JUST. TRABALHISTA	STJ	TST	JUST. ELEITORAL	TSE	JUST. MILITAR DA UNIÃO	JUST. MILITAR ESTADUAL	NI	DI	TOTAL GERAL
Procedimento do juizado especial cível	139	26										165
Ação trabalhista – rito ordinário			86		6							92
Ação civil coletiva	61	19	1									81
Apelação/reexame necessário	22	52										74
Procedimento sumário	50	12										62
Cumprimento de sentença	43	11										54
Ação penal – procedimento ordinário	41	7										48
Outros procedimentos de jurisdição voluntária	38	6										44
Execução contra a fazenda pública	30	11										41
Outras medidas provisionais	26	12		1								39
Inventário	37											37
Ação de alimentos	29											29
Dúvida	22	6										28

CLASSE	JUST. ESTADUAL	JUST. FEDERAL	JUST. TRABALHISTA	STJ	TST	JUST. ELEITORAL	TSE	JUST. MILITAR DA UNIÃO	JUST. MILITAR ESTADUAL	NI	DI	TOTAL GERAL
Mandado de segurança coletivo	20	6		2								28
Alimentos – Lei especial nº 5.478/68	21	2										23
Reintegração/manutenção de posse	22		1									23
Ação popular	16	6										22
Procedimento de cumprimento de sentença/decisão	21											21
Providência	20											20
Ação civil de improbidade administrativa	12	5										17
Recurso inominado	2	14										16
Alimentos – provisionais	9	6										15
Alvará judicial	11	1	3									15
Recursos trabalhistas			11		2							13
Tutela	12											12
Agravo de instrumento em recurso de revista			5		6							11
Usucapião	11											11
Agravo				10								10
Arrolamento comum	10											10
Execução da pena	7	3										10
Monitória	7	2										9
Ação penal de competência do júri	7	1										8
Ação trabalhista – rito sumaríssimo			8									8
Divórcio litigioso	8											8
Embargos do acusado	7	1										8
Guarda	8											8
Recurso em <i>habeas corpus</i>				8								8
Ação penal – procedimento sumário	6	1										7
Ação penal – procedimento sumaríssimo	6	1										7
Agravo de instrumento em recurso ordinário			1	4	2							7
Apelação				7								7
Execução provisória	5	2										7
Imissão na posse	7											7
Termo circunstanciado	7											7
Agravo de petição	0	1	4	1								6
Consignação em pagamento	4		2									6
Crimes de calúnia, injúria e difamação de competência do juiz singular	5	1										6
Execução fiscal	5	1										6
Recurso em sentido estrito	1	4		1								6
Apelação cível				5								5
Assistência judiciária	5											5
Busca e apreensão em alienação fiduciária	5											5
Desapropriação	5											5
Despejo por falta de pagamento	5											5
Habilitação	1	4										5
Recurso administrativo		4						1				5
Recurso de revista					5							5
Alienação de bens do acusado	4											4

CLASSE	JUST. ESTADUAL	JUST. FEDERAL	JUST. TRABALHISTA	STJ	TST	JUST. ELEITORAL	TSE	JUST. MILITAR DA UNIÃO	JUST. MILITAR ESTADUAL	NI	DI	TOTAL GERAL
Arrolamento de bens	4											4
Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança	4											4
Embargos à arrematação	1	1	2									4
Embargos à execução fiscal	2	2										4
Exceção de coisa julgada	4											4
Habilitação de crédito	4											4
Prestação de contas – exigidas	4											4
Reclamação disciplinar	4											4
Ação trabalhista – rito sumário (alçada)			3									3
Alienação judicial de bens	3											3
Apuração de irregularidades em entidades de atendimento	3											3
Arresto	3											3
Avarias	3											3
Correição ordinária	3											3
Declaratória de constitucionalidade	3											3
Despejo	3											3
Embargos à adjudicação	2		1									3
Execução de multa	3											3
Falência de empresários, sociedades empresariais, microempresas e empresas de pequeno porte	3											3
Medidas protetivas – Estatuto do Idoso	3											3
Recurso em mandado de segurança				3								3
Regularização de registro civil	3											3
Separação litigiosa	3											3
Suspensão de liminar ou antecipação de tutela	2	1										3
Ação de impugnação de mandato eletivo				1			1					2
Ação penal				2								2
Adoção	2											2
Adoção c/c destituição do poder familiar	2											2
Agravo de instrumento em agravo de petição		2										2
Agravo de instrumento em recurso ordinário para o STF				1	1							2
Anulação e substituição de títulos ao portador	1	1										2
Apreensão e depósito de coisa vendida com reserva de domínio	2											2
Averiguação de paternidade	2											2
Conflito de atribuição				2								2
Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	2											2
Cumprimento provisório de sentença	1	1										2
Declaração de ausência	2											2
Demarcação / divisão	2											2
Embargos					2							2
Embargos à execução em mandado de segurança				2								2
Exceção de incompetência de juízo	2											2
Execução de medida de segurança		2										2
Exibição	2											2
Herança jacente	2											2
Impugnação ao valor da causa	2											2

CLASSE	JUST. ESTADUAL	JUST. FEDERAL	JUST. TRABALHISTA	STJ	TST	JUST. ELEITORAL	TSE	JUST. MILITAR DA UNIÃO	JUST. MILITAR ESTADUAL	NI	DI	TOTAL GERAL
Interdição	2											2
Medidas de proteção à criança e adolescente	2											2
Medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	1								1			2
Processo administrativo disciplinar em face de servidor	2											2
Processo de apuração de ato infracional	2											2
Processo eleitoral							2					2
Protesto	2											2
Recurso em sentido estrito/recurso <i>ex officio</i>	1			1								2
Regulamentação de visitas	2											2
Renovatória de locação	2											2
Sonegados	2											2
Ação de cumprimento				1								1
Ação penal eleitoral							1					1
Ação penal militar – procedimento ordinário								1				1
Agravo de instrumento em recurso de <i>habeas corpus</i>				1								1
Alteração do regime de bens	1											1
Anistia		1										1
Arrolamento sumário	1											1
Autorização judicial	1											1
Carta de ordem					1							1
Cautelar fiscal	1											1
Cobrança de cédula de crédito industrial	1											1
Confirmação de testamento	1											1
Conflito de jurisdição				1								1
Crimes contra a propriedade industrial	1											1
Depósito	1											1
Desapropriação imóvel rural por interesse social		1										1
Dissolução e liquidação de sociedade	1											1
Divórcio consensual	1											1
Embargos à execução				1								1
Embargos de divergência em recurso especial				1								1
Embargos infringentes e de nulidade	1											1
Execução de certidão de crédito judicial			1									1
Execução hipotecária do sistema financeiro da habitação		1										1
Execução provisória em autos suplementares			1									1
Impugnação ao cumprimento de sentença	1											1
Incidente de uniformização de jurisprudência	1											1
Insolvência requerida pelo credor	1											1
Investigação contra magistrado	1											1
Justificação	1											1
Liberdade provisória com ou sem fiança				1								1

CLASSE	JUST. ESTADUAL	JUST. FEDERAL	JUST. TRABALHISTA	STJ	TST	JUST. ELEITORAL	TSE	JUST. MILITAR DA UNIÃO	JUST. MILITAR ESTADUAL	NI	DI	TOTAL GERAL
Liquidação por artigos	1											1
Organização e fiscalização de fundação	1											1
Pedido de prisão preventiva	1											1
Pedido de uniformização de interpretação de lei federal		1										1
Prestação de contas – oferecidas	1											1
Reabilitação		1										1
Recuperação judicial	1											1
Recurso contra expedição de diploma							1					1
Recurso eleitoral						1						1
Recurso em processo administrativo disciplinar em face de servidor	1											1
Recurso especial eleitoral							1					1
Recurso ordinário em mandado de segurança				1								1
Recursos eleitorais						1						1
Reexame necessário/recurso ordinário				1								1
Relaxamento de prisão				1								1
Remição do imóvel hipotecado	1											1
Requisição de pequeno valor				1								1
Restituição de coisa ou dinheiro na falência do devedor empresário	1											1
Restituição de coisas apreendidas	1											1
Retificação de registro de imóvel	1											1
Retificação ou suprimento ou restauração de registro civil	1											1
Revisional de aluguel	1											1
Tutela c/c destituição do poder familiar	1											1
Não informado	37	8	2	1						1		49
Dado incorreto											31	31
Total geral	1.015	251	132	62	25	5	3	2	1	1	31	1.528

As reclamações concernentes a processos não julgados representam 57,46% dos registros, e 39,07% referem-se a processos já julgados. Os em fase de execução representam 28,14%, e os processos que não atingiram essa fase, 68,39%:

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTAIS
	SIM	NÃO	NI	SIM	NÃO	NI	
Justiça Estadual	355	645	15	264	736	15	1.015
Justiça Federal	113	137	1	73	177	1	251
Justiça do Trabalho	99	30	3	71	58	3	132
Superior Tribunal de Justiça	19	42	1	14	47	1	62
Tribunal Superior do Trabalho	9	16		7	18		25
Justiça Eleitoral		5			5		5
Tribunal Superior Eleitoral	2	1		1	2		3
Justiça Militar da União		2			2		2
Justiça Militar estadual			1			1	1
Não informado			1			1	1
Dado incorreto			31			31	31
Total geral	597	878	53	430	1.045	53	1.528

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTALS
	SIM	NÃO	NI	SIM	NÃO	NI	
	39,07%	57,46%	3,47%	28,14%	68,39%	3,47%	100,00%

Não contabilizados os processos em tramitação no STF.

2.3. Utilização Indevida do Nome do CNJ

A Ouvidoria continua a receber notícias de tentativas de estelionato contra pessoas que são parte em processos judiciais. O procedimento recorrente consiste em o golpista usar de forma indevida o nome do CNJ e solicitar vantagem indevida à pretensa vítima mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

Os registros recebidos têm sido encaminhados à Corregedoria Nacional de Justiça e juntados ao processo nº 0000283-67.2011.2.00.0000, ali em curso. Com base nessas manifestações, foi instaurado inquérito policial, no Departamento de Polícia Federal, sob o nº 1.838/2010-4-SR/DPF/DF. Neste trimestre foram recebidas 15 manifestações por meio do formulário eletrônico e por meio telefônico, acerca de tentativas de estelionato nos moldes acima.

A Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ, informando-os de que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que não faz contatos telefônicos para cobrar valores sobre ações em curso no Poder Judiciário.

3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

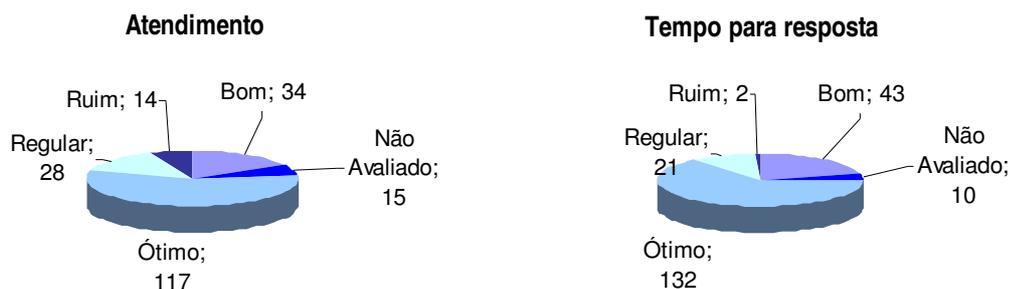
A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ que auxiliaram no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação:

SETOR	TOTALS
Corregedoria Nacional de Justiça	215
Dep. de Monitoramento e Fiscalização do Sist. Carcerário e do Sist. de Exec. de Med. Socioeducativas	109
Seção de Atendimento ao Usuário	42
Secretaria Processual	30
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário	14
Secretaria de Comunicação Social	13
Seção de Seleção e Gestão de Desempenho	9
Seção de Protocolo e Digitalização	8
Gabinete do Cons. José Roberto Neves Amorim	7
Secretaria-Geral	6
Gabinete do Cons. Bruno Dantas	3
Gabinete do Cons. Ney José de Freitas	3
Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações	3
Seção de Acompanhamento das Decisões	2
Departamento de Gestão Estratégica	1
Departamento de Pesquisas Judiciárias	1

SETOR	TOTAIS
Gabinete do Cons. Gilberto Valente Martins	1
Gabinete do Cons. Jefferson Kravchychyn	1
Gabinete do Cons. José Guilherme Vasi Werner	1
Gabinete do Cons. José Lúcio Munhoz	1
Seção de Legislação	1
Secretaria de Controle Interno	1
Assessoria Jurídica	1
Total geral	473

4. AVALIAÇÃO DA RESPOSTA

Com o objetivo de aferir o grau de qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria, ofereceu-se aos cidadãos a opção não obrigatória de avaliar a resposta e a atuação da Ouvidoria, no que refere aos fatores atendimento, tempo para a resposta, desfecho e clareza da resposta. Os resultados estão detalhados nos gráficos e tabela a seguir.



	CLAREZA		SATISFAÇÃO	
	TOTAL	%	TOTAL	%
Não	57	27,40%	114	54,81%
Sim	151	72,60%	94	45,19%
Total geral	208	100,00%	208	100,00%

Os dados demonstram, por parte dos demandantes, considerável satisfação em relação aos serviços prestados pela Ouvidoria. Percebe-se, não obstante, certo grau de insatisfação, a indicar que a Ouvidoria precisa continuar a buscar o aprimoramento de seu trabalho.

5. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

Conforme dispõem os arts. 2º e 4º, III, da Resolução nº 103/2010, do CNJ, houve, no período, 1.668 encaminhamentos às ouvidorias e corregedorias dos tribunais e outros órgãos judiciais. Essas demandas tratavam de atraso na movimentação processual e de questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando

necessário, considerando a hipótese do art. 7º, I, da resolução, houve orientação aos demandantes para direcionar seu questionamento ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:

ÓRGÃO DE DESTINO	TOTAL	EM ABERTO
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	204	17
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	195	41
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	180	76
Gerência de registro e suporte à ação correccional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais	128	44
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça	67	36
Ouvidoria judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	58	25
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	58	11
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	55	11
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	51	24
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	50	15
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	37	16
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	37	8
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região	35	30
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	35	13
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	35	7
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	32	20
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	32	8
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	27	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	27	3
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região	25	5
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	24	7
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	24	6
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	23	3
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	19	6
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará	17	7
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	17	6
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	15	15
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	13	4
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	12	4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	12	4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	11	2
Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região	10	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	10	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	7	7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	7	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	6	5
Ouvidoria administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	6	2
Central do Eleitor – Tribunal Superior Eleitoral	5	5
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	5	1
Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região	5	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	4	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região	4	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	4	
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	4	
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	3	3
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	3	2

ÓRGÃO DE DESTINO	TOTAL	EM ABERTO
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	3	2
Central do cidadão e atendimento – Supremo Tribunal Federal	2	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	2	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	2	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	2	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	2	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	2	
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	2	
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	1	1
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Região Metropolitana	1	1
Ouvidoria do Fórum Clóvis Beviláqua/Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	1	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Acre	1	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte	1	1
Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região	1	
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia	1	
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí	1	
Total geral	1.668	528

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria do CNJ, para registro ou adoção de medidas. Das 1.668 manifestações encaminhadas no segundo trimestre, 528 permaneciam sem resposta final, por parte do órgão contatado, o que representa 31,65%.

As reclamações, sugestões e críticas que não se referiam a providências a cargo do Conselho Nacional de Justiça foram encaminhadas aos órgãos responsáveis, e comunicou-se a providência ao interessado. Foram encaminhadas nesse período três demandas à Defensoria Pública da União, uma à Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul e uma à Defensoria Pública de Minas Gerais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do período tratado neste relatório seguem o padrão observado nos trimestres anteriores, com o acréscimo dos dados concernentes às demandas da Lei de Acesso à Informação. Os temas de maior incidência referem-se, em regra, aos serviços prestados pelo Poder Judiciário, como o excesso de prazo na tramitação processual, o desempenho dos magistrados, questões administrativas dos tribunais ou mesmo decisões judiciais.

Nos casos em que é cabível a atuação da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, tem-se buscado o tratamento integrado com as ouvidorias dos

tribunais e demais órgãos judiciais, com vistas a prestar atendimento adequado às demandas recebidas e o permanente avanço nos serviços do Judiciário, conforme determina o art. 4º, III, da Resolução nº 103/2010. Nos casos em que não é cabível a atuação da Ouvidoria, a unidade busca orientar ao interessado qual órgão ou profissional deve procurar.

Destacam-se como novidade as manifestações a respeito da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, as quais, no período, somaram 23 registros. A Presidência do CNJ atribuiu à Ouvidoria o serviço de atendimento ao cidadão, previsto no art. 9º da lei, e instituiu grupo de trabalho presidido pelo Conselheiro Ouvidor para a regulamentação da lei no Conselho Nacional de Justiça. A atuação do grupo de trabalho resultou, como primeiro resultado, na apresentação ao Plenário do Conselho de proposta de alteração da Resolução nº 102, de 15 de dezembro de 2009. Aprovada a proposta, o Conselho editou a Resolução nº 151, de 5 de julho de 2012, que determina a divulgação das remunerações, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas pagas aos membros da magistratura judicial e aos servidores a qualquer título, colaboradores eventuais ou deles descontadas, com identificação nominal do beneficiário e da unidade na qual preste seus serviços.

Brasília, 7 de agosto de 2012.

**Assinado com certificado digital emitido para
WELLINGTON CABRAL SARAIVA (1427).
Emitido por AC Certisign-Jus G2.
Válido de 4/9/2011 até 3/9/2014.**

WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Conselheiro Ouvidor

Cristiana Gontijo Bastos
Chefe de Gabinete

Flávia Somorovski Torres
Assessora

Técnicos:
Anderson Moreira da Silva
Daiane Braz Neri
Edineia Coimbra de Oliveira
Hubner Alessandro Rocha
Inaldo do Nascimento
Mariana Feltrini Turibio

Apoio:
Eunice de Costa Oliveira
Mayana Camilla Oliveira Carvalho
Rebeca Pereira de Oliveira